

**Ministro diz que, 'neste grau de incertezas, valor dessas projeções é muito reduzido'**

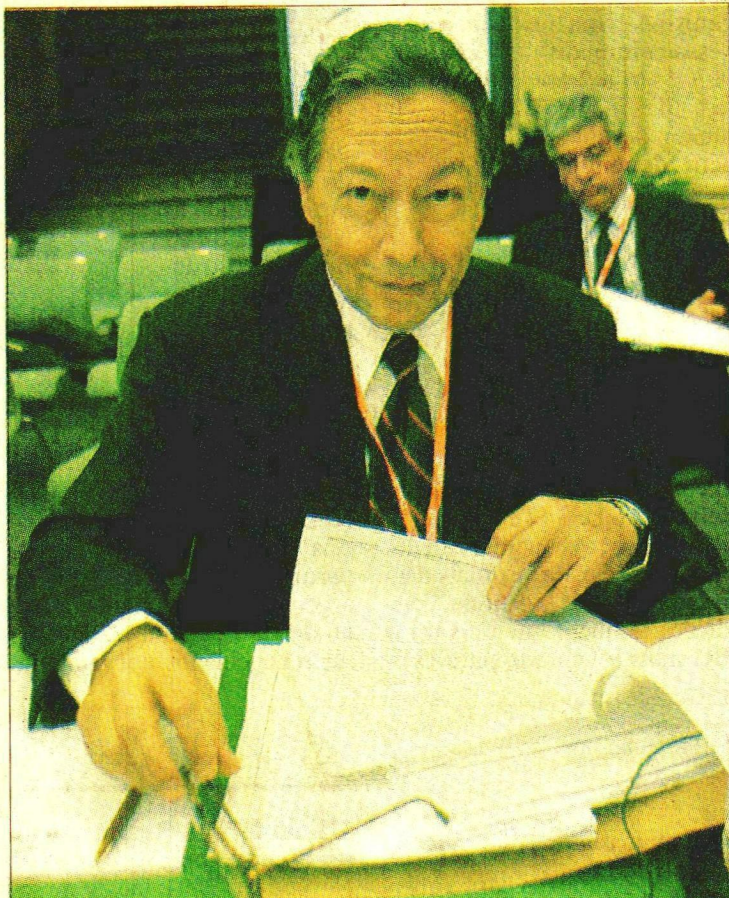
FÁBIO ALVES

Enviado especial

**O**TTAWA – O ministro da Fazenda, Pedro Malan, classificou a revisão de crescimento da economia brasileira feita pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como “projeção da semana”. No sábado, o FMI reduziu drasticamente a projeção do Produto Interno Bruto brasileiro (PIB) para 2002 de 3,5% para 2%. Para este ano, de 2,2% para 2% como consequências dos impactos dos atentados terroristas sobre a economia mundial e brasileira. “Neste grau de incerteza, de instabilidade, de volatilidade e de risco, o valor dessas projeções é muito reduzido.”

Segundo Malan, as projeções feitas neste momento podem se alterar rapidamente em uma direção ou em outra. “Não tem muito sentido um excesso de preocupação com a previsão da semana.” Ele lembrou que o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Paul O’Neil, fez uma eloquente intervenção sábado dizendo que achava extremamente pessimistas as projeções do FMI para a economia americana. O FMI reduziu a projeção do PIB americano para 1,1% em 2001 e só 0,7% em 2002. “Não estamos lidando com uma ciência exata, como a demonstração de um teorema. Estamos lidando com um mundo cheio de incertezas não econômicas”, afirmou Malan. Ele disse acreditar na capacidade de recuperação do Brasil, e acredita que em 2002 será melhor do que em 2001, se o País superar a crise de energia elétrica e se for mantida maturidade e sensatez diante do quadro político em 2002.

O ministro disse que apesar dos vários choques sofridos pela economia brasileira, ela conseguiu crescer 3,12% no primeiro semestre. “Se fizermos o que temos de fazer domesticamente, e se o cenário internacional não piorar em 2002, estou confiante na capacidade econômica expressiva que o Brasil tem.”



Shaun Best/Reuters

*Malan: País prefere negociar a tomar atitude compulsória sobre dívida*

**Dívidas** – Malan disse também que o Brasil é contra a proposta do Canadá e de outros países do G-20 de criar mecanismos de suspensão de pagamentos de dívidas de países soberanos (debt standstill) ou uma legislação parecida com Chapter 11 (parte da legislação dos EUA que trata de falências e concordatas de pessoas físicas e jurídicas). Sábado, o ministro das Finanças do Canadá, Paul Martin, disse que os presidentes dos bancos centrais do G-20 estão estudando a criação de mecanismos para a entrada em vigor “do debt standstill” ou uma legislação de concordata para países. “É preciso ser cauteloso nessa questão de criar um Chapter 11 para países soberanos porque isto pode ter um efeito negativo de aumento de risco soberano generalizado para países emergentes. Uma proposta desse tipo pode causar uma retração

nos fluxos de capitais privados estrangeiros maior do que já está sendo observado”, disse. Malan afirmou que “o Brasil é favorável a uma solução voluntária e de cooperação com a comunidade financeira mundial na questão da dívida”. E disse que a posição brasileira é marcada pela experiência do

País durante a desvalorização do real em 1999.

O ministro lembrou que apesar de algumas instituições terem sugerido ao Brasil que tomasse uma atitude compulsória em relação a sua dívida, o País pre-

feriu negociar com os bancos privados, com a participação dos bancos centrais de dez países para manutenção da exposição das instituições financeiras daqueles centros financeiros internacionais ao Brasil, ou seja, a manutenção das linhas de créditos comerciais de que tanto o País precisava após a desvalorização do real. (AE)

**B**RASIL É  
CONTRA LEI DE  
CONCORDATA  
PARA PAÍSES